

ANC
ANC X

Política

O desânimo toma conta do grupo 'pró-soberania'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O grupo "pró-soberania" do PMDB ainda não chegou a um entendimento com o governo, continua desconhecendo qual é a verdadeira disposição do Palácio do Planalto em relação ao assunto e não sabe até que ponto suas reivindicações serão aceitas. Na verdade, já há um clima de pessimismo entre seus integrantes, segundo revelou ontem o deputado Maurílio Ferreira Lima, depois de reunir-se, juntamente com Antônio Britto e Vigilância Senna, com o líder da maioria na Câmara, Carlos Sant'Anna. O representante governista voltou a pontos que o grupo já considerava superados, o que Maurílio interpretou como dificuldades nos entendimentos.

Os três representantes do "pró-soberania" entregaram a Carlos Sant'Anna um documento contendo as reivindicações do grupo, embora nem todos os seus integrantes concordem com a possibilidade de auto-limitação da soberania da Constituinte. De acordo com o documento entregue ao líder governista — que hoje deverá submetê-lo ao presidente Sarney, depois de conversar com o deputado Ulysses Guimarães e líderes peemedebistas —, seriam suspensas, mas não revogadas, as salvaguardas, as medidas de emergência e o decurso de prazo. Com isso, os decretos-lei não mais seriam considerados aprovados quando esgotassem

seus prazos de tramitação no Congresso. Se não forem votados, serão considerados rejeitados. O grupo deseja ainda emendar os decretos-lei e o orçamento da União. As atividades da Câmara e do Senado ficarão suspensas, só podendo funcionar em caráter excepcional.

PARCIAL
O deputado Carlos Sant'Anna explicou que, se houver entendimento entre as partes, ele incluirá uma cláusula: o grupo "pró-soberania" se compromete a só tentar modificar a atual Constituição através de conversações ou emendas, com o quórum qualificado de dois terços do Congresso. A proposta foi excluída do documento do "pró-soberania", que não deseja se desgastar propondo a auto-limitação da soberania da Constituinte. Eles esperam que a iniciativa seja formalizada pelo governo, limitando-se a aceitá-la.

A necessidade de um acordo será defendida por Sant'Anna junto ao presidente Sarney, sob a alegação de que, se nada for firmado, haverá turbulências durante os trabalhos da Constituinte. Muitos parlamentares tentaram emendar o texto da atual Constituição.

Apesar de ainda não haver nada acertado, a reunião de ontem entre Carlos Sant'Anna e os deputados Antônio Britto, Maurílio Ferreira e Vigilância Senna representou um avanço relativo. Na terça-feira à noite, os três, e mais o deputado Bernardo Cabral, promoveram um encontro com 40 peemedebistas para fazer um

relato dos entendimentos que vinham mantendo sobre a questão da soberania da Constituinte. De acordo com a informação de Britto, Ferreira, Senna e Cabral, o líder Carlos Sant'Anna vinha manifestando receptividade às reivindicações do grupo, mas sempre ressaltava estar falando em nome pessoal e não do governo.

Os peemedebistas do "pró-soberania" estão divididos em relação aos termos do acordo a ser firmado com o governo. Uma corrente considera que, se houver entendimento, a Constituinte terá de admitir esgotado o seu poder de revogar dispositivos da atual Carta no momento em que eliminar o que considera fundamental. Outro grupo discorda, frisando que, futuramente, se quiser, a Constituinte poderá modificar a Constituição vigente. Vários integrantes do "pró-soberania" defendem que a Constituinte não deve se considerar-se uma convenção permanente, com poderes para alterar, a qualquer momento, normas do Direito. Em favor dessa posição, argumenta-se que a faculdade causaria permanente instabilidade nas instituições.

A única posição de consenso é a que diz respeito à possibilidade de os constituintes alterarem a atual Carta. O "pró-soberania" aceita discutir o instrumento de modificação, seja ato declaratório, projeto de resolução, ou até mesmo através do regimento da Assembleia, desde que o fórum decisório seja a Constituinte.



Rita Camata discursa em plenário, enquanto crianças fazem "lobby" nos corredores

Partidos querem ouvir Funaro

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Um requerimento de sessão extraordinária para ouvir o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, apresentado ontem à tarde por quase todos os partidos — menos o PMDB e o PFL —, agitou o final da sessão da Constituinte e precipitou uma divisão nas fileiras do PMDB. Pouco antes, o plenário já havia ouvido, perplexo, o líder do PFL, José Lourenço, e o vice-líder de plantão do PMDB, João Hermann Neto, fazerem tantas advertências ao governo que o líder opositor Amaral Neto, do PDS, ficou sem ter o que dizer. "Eles já disseram tudo" — assinalou.

O líder Amaral Neto já havia, há dias, requerido a convocação do ministro da Fazenda, para falar da crise econômica e das medidas em exame do Executivo, mas como as normas provisórias da Assembleia Constituinte são omissas a esse respeito, o pedido foi "esquecido". De nada adiantou o líder pedesista insistir numa decisão. Desta vez, encontraram outra fórmula. Como as normas provisórias permitem que 20 ou mais constituintes requeram sessão extraordinária, pendente de deliberação do plenário, as lideranças opositoras lançaram mão desse recurso, apenas acrescentando o objetivo da sessão: ouvir o ministro da Fazenda sobre dívida externa, reservas cambiais, dívida interna, inflação, juros, sistema financeiro nacional e "proposta do governo para combater a grave crise econômica brasileira sem afetar emprego e salário".

OUTRA POLÊMICA
Quem apresentou o requerimento foi o líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), informando ter sido ele assinado também pelas lideranças do PDS, PT, PCB, PL, PDC, PMB, PSE, PC do B e PTB. O documento foi assinado por Arnaldo Faria de Sá, um dos vice-líderes do PTB, mas em plenário o líder Gastone Righi o desautorizou. Não por discordar com a convocação do ministro, mas por entender que a Constituinte não é local apropriado para isso. "A Emenda 26

— disse — não autorizou a Constituinte a imiscuir-se em assuntos atuais da administração. Essa é tarefa própria do Congresso Nacional."

Com isso, ficou claro que o requerimento entrava em outra política, aberta desde a instalação da Constituinte. É o problema da extensão dos seus poderes: se ela foi convocada somente para fazer a futura Constituição ou se pode tudo, investindo-se desde já também nas atribuições normais do Congresso Nacional.

Enquanto Ulysses Guimarães saía de seu gabinete e chegava ao plenário para reassumir a presidência da sessão — naquele momento a cargo do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), acendia-se em plenário uma discussão em dois planos: de um lado, o PMDB, numa posição governista, colocando-se contra a convocação, por entender que não se pode "abrir precedente" com a presença de ministros em plenário.

DIVISÃO NO PMDB
A deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) correu ao microfone pa-

ra discordar da liderança do seu partido. Criticou João Hermann Neto por ter tomado uma posição contrária ao pensamento de grande parte da bancada, que entende caber à Constituinte a atribuição de examinar quaisquer assuntos. Vários outros deputados do PMDB começaram a procurar o requerimento com Ulysses Maciel (PDT-RJ) para também o assinar.

Ulysses Guimarães, que parecia disposto inicialmente a resolver logo a questão, acabou deixando os constituintes levantarem sucessivas questões de ordem sobre o assunto, até acabar o tempo normal da sessão. As 18 horas, disse: "Como já está esgotado o tempo da sessão, vou levar o requerimento para examinar e amanhã anunciarei a decisão. Está encerrada a sessão".

No início da sessão, a surpresa foi geral com as críticas do vice-líder de plantão do PMDB, João Hermann, e do líder do PFL, José Lourenço, ao governo. Ambos tocaram no crescimento da economia. Se para Lourenço é impossível crescer com uma inflação de 16% ao mês, para Hermann é inaceitável o crescimento de 2%; tem de ser "de 6 a 7%".

'LOBBY' INFANTIL

As crianças começaram a reivindicar também a discussão de seus problemas na Assembleia Nacional Constituinte. Ontem, parlamentares da Câmara foram surpreendidos nos corredores e no restaurante da Câmara por dezenas de menores integrantes do grupo Criança e Constituinte — que distribuíram panfletos chamando a atenção para os problemas de "um país que não pensa nas crianças". A Comissão Nacional Criança e Constituinte relaciona alguns dos problemas para os quais chama a atenção dos constituintes: 350 mil crianças morrem anualmente no Brasil com menos de quatro anos; dez milhões de adolescentes estão fora da escola de segundo grau; 25 milhões de crianças brasileiras estão abandonadas e 15% delas, entre dois e seis anos, não têm oportunidade de ir à escola.

Idéias vão prevalecer sobre ação de líderes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Numa coisa pelo menos estão de acordo o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho e o líder do PCB, Roberto Freire: a hierarquia e as lideranças partidárias não exercerão maior influência nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte quando senadores e deputados se alinharem de acordo com suas convicções doutrinárias, acima das siglas partidárias.

De acordo com experientes observadores políticos, mesmo que não se organizem formalmente o bloco do centro democrático ou conservador, de um lado, e o progressista, de outro, os parlamentares se aglutinarão, acima dos partidos, nas questões mais polêmicas.

Para eles, as discussões ora travadas em torno da soberania e da exclusividade da Assembleia Nacional Constituinte são meros ensaios para as grandes batalhas que ocorrerão quando do exame de temas mais polêmicos como o direito de greve e de propriedade, a segurança do Estado, a exploração do subsolo, a estatização do sistema financeiro.

Os partidos ideológicos, como os comunistas, o PT e talvez o PDT não sofrerão as dificuldades do PMDB que era frente contra a ditadura e se ampliou com sua ascensão ao poder, incorporando adesistas, oportunistas e os que entraram no partido majoritário por questões regionais. O PFL, por ter perfil doutrinário mais homogêneo, deverá ter muito peso durante os trabalhos da Constituinte, segundo avaliação de pefelistas mais ligados ao presidente José Sarney.

"O momento é apenas a preliminar do que acontecerá posteriormente, de maneira inevitável, quando forem debatidos temas como reforma agrária, defesa do Estado, direito de greve, defesa do cidadão, disciplina do capital estrangeiro", prevê Passarinho. Ele afirma que, nesse momento, fragmentar-se-ão os partidos, na

medida em que os constituintes votarão segundo sua consciência, e não conforme a orientação doutrinária. "Aí é que se caracterizará um partido majoritário de centro democrático." Para o presidente do PDS, "o maior erro da esquerda reside em jogar esse contingente do centro para a direita através de pressões que têm grande apelo popular, mas pouco resultado prático na Assembleia Nacional Constituinte".

"Os partidos não-ideológicos não se acobardarão na Assembleia Nacional Constituinte, mas também não funcionarão. Haverá agrupamentos de facções e frações em torno de temas especiais. Talvez dos grandes partidos o que terá maior homogeneidade será o PFL porque é hoje o mais representativo dos setores dominantes e conservadores. O PDS, não, está mais à direita, abriga até gente da extrema direita, mas não são dominantes. Não é tão homogêneo" — segundo o diagnóstico do comunista Roberto Freire (PE).

Mas questões ideológicas, segundo previsões de Aloísio Chaves (PFL-PA), a Constituinte funcionará acima dos partidos. Quando se chegar à discussão do direito de propriedade, reforma agrária, ordem econômico-social, direitos dos trabalhadores, af a votação vai extravasar os limites partidários. Então, os líderes que já não detinham qualquer controle sobre as bancadas, em 1985 e 1986, não liberarão ninguém, garante.

Para o líder do PTB, Gastone Righi, alguns partidos como o PT, PCB, PC do B, talvez o PDT, ganhem identidade. O PTB pode conquistar o espaço do centro democrático trabalhista. Os partidos deverão desaparecer no cenário da Constituinte para prevalência das correntes ideológicas. Os que tiverem homogeneidade vão adquirir identidade. É possível que ela, no início, faça desaparecer siglas, que depois poderão definir-se, caracterizar-se como partidos efetivos. Quem vai perder é o PMDB que é o próprio samba do crioulo doido.

Lustosa da Costa
Os constituintes do PMDB de São Paulo lembraram a Ulysses que o partido será mais cobrado ainda, pois os três ministros diretamente envolvidos no pacote — Dilson Funaro, João Sayad e Almir Pazzianotto — são de São Paulo e filiados à agremiação.

Um dos mais veementes, como sempre, foi o deputado Samir Achoa. Ele disse que o PMDB terá dificuldades em justificar e apoiar o anúncio do pacote, numa hora em que há notícias de reinício da Ferrovia do Aço, de contas secretas da Comissão de Energia Nuclear, de construção de nova usina nuclear, da não-punição de responsáveis por escândalos econômicos.

"Não podemos ficar sabendo das coisas pelos jornais, pelas emissoras de rádio e de tevê", disse outro representante. Os parlamentares falaram também das contradições internas do partido em relação à ida ou não do Brasil ao FMI, da moratória, do congelamento de preços. "Eu também estou igual a vocês. Informações concretas ainda não temos. Mas vamos solicitar do governo a discussão dos problemas, antes da decisão", disse Ulysses Guimarães.



Bancada de SP ameaça retirar apoio

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A bancada do PMDB de São Paulo na Constituinte exigiu ontem do presidente nacional do partido e da Assembleia, Ulysses Guimarães, a realização de um debate prévio das novas medidas econômicas, sob pena de se recusar a apoiá-las. Os parlamentares reivindicaram também a eleição do líder do PMDB na Constituinte, frisando que não aceitam a sede do rodízio de Fernando Henrique Cardoso (líder no Senado) e Luiz Henrique (líder na Câmara) na liderança do partido na Assembleia.

As exigências foram apresentadas durante reunião-almoo dos 28 deputados e três senadores do PMDB paulista na residência oficial do presidente da Câmara. Diversos parlamentares disseram a Ulysses que São Paulo será o Estado mais afetado pelo novo pacote econômico. Diante disso, seria um absurdo os constituintes do PMDB paulista ficarem à margem do centro de decisões do governo. Reclamaram também da escolha de vice-líderes da bancada na Câmara sem a consulta anterior aos grupos regionais. No caso paulista, a indicação de João Hermann — presente à reunião — foi contestada porque feita à revelia de seus companheiros.

Eles afirmaram ainda que qualquer desgaste do governo Sarney em questões sociais e econômicas atingirá diretamente o PMDB, o maior partido situacionista e, em consequência, a seção paulista não poderá evitar a repercussão.

Os constituintes do PMDB de São Paulo lembraram a Ulysses que o partido será mais cobrado ainda, pois os três ministros diretamente envolvidos no pacote — Dilson Funaro, João Sayad e Almir Pazzianotto — são de São Paulo e filiados à agremiação.

Um dos mais veementes, como sempre, foi o deputado Samir Achoa. Ele disse que o PMDB terá dificuldades em justificar e apoiar o anúncio do pacote, numa hora em que há notícias de reinício da Ferrovia do Aço, de contas secretas da Comissão de Energia Nuclear, de construção de nova usina nuclear, da não-punição de responsáveis por escândalos econômicos.

"Não podemos ficar sabendo das coisas pelos jornais, pelas emissoras de rádio e de tevê", disse outro representante. Os parlamentares falaram também das contradições internas do partido em relação à ida ou não do Brasil ao FMI, da moratória, do congelamento de preços. "Eu também estou igual a vocês. Informações concretas ainda não temos. Mas vamos solicitar do governo a discussão dos problemas, antes da decisão", disse Ulysses Guimarães.

Congresso convocado para dia 1º



Humberto Lucena

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O primeiro-secretário do Senado, Jutahy Magalhães, esclareceu ontem que o Congresso Nacional está convocado para a instalação solene dos trabalhos legislativos no dia 1º de março próximo, "dentro, rigorosamente, do preceito constitucional em vigor". Jutahy adiantou que os trabalhos legislativos são oficialmente inaugurados, todos os anos, nessa data, não importando que coincida com feriado, sábado ou domingo.

Na sessão solene, para a qual foram convidados todos os ministros de Estado e autoridades federais, será recebida a mensagem anual do presidente da República, cuja leitura, no plenário, estará a cargo do primeiro-secretário, Jutahy Magalhães.

CONCURSO
A Mesa diretora do Senado apro-

vou ontem, em reunião ordinária presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), o parecer emitido pelo primeiro-secretário, senador Jutahy Magalhães, ao projeto de resolução que torna obrigatória a realização de concurso público para qualquer nova admissão de servidores para aquela Casa.

Com o parecer aprovado, o projeto foi subscrito pelos membros da Mesa e já está em condições de ser examinado pelo plenário, o que deverá ocorrer nos primeiros dias de março, logo após a instalação dos trabalhos legislativos deste ano.

O senador Humberto Lucena esclareceu, a propósito, que a iniciativa não significa que o Senado pretenda realizar proximamente qualquer concurso público. Isso somente se dará em caso de necessidade de serviço.